

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA
03/07/2023

PROJETO DE LEI Nº 2384/2023

TIPO

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ AGLUTINATIVA 3 ☐ SUBSTITUTIVA 4 ☐ MODIFICATIVA 5 ☒ ADITIVA

AUTOR

PARTIDO

UF

PÁGINA

Acrescente onde couber no Projeto de Lei nº 2.384, de 2023, os seguintes dispositivos:

Art. O [Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25.....

.....

§12. O Pleno da Câmara Superior de Recursos Fiscais é composto pelo presidente e vice-presidente do CARF e pelos demais membros das turmas da CSRF, de forma paritária.

§13. Ao Pleno da CSRF compete a uniformização de decisões divergentes, em tese, das turmas da CSRF, e da definição das matérias sobre as quais, excepcionalmente, se aplica o voto de qualidade previsto no §9º, por meio de resolução aprovada por maioria.”
(NR)

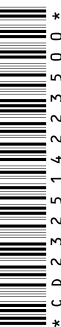
JUSTIFICAÇÃO

O pleno tem sua constituição definida no regimento interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, tendo como principal atuação a uniformização de decisões divergentes.

Ao considerarmos que o empate demonstra a divergência material sobre o caso concreto, justifica-se que para além da uniformização de matérias com divergência entre as turmas, também seja regulamentado quais as matérias terão a sistemática do voto de qualidade, resolvendo-se as demais favoravelmente ao contribuinte.

Além disso, o desempate pró-contribuinte previsto no art. 19-E, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, é um verdadeiro avanço na legislação brasileira, uma conquista para os contribuintes que entrou em vigor com a edição da Lei nº 13.988, de 2020.

A premissa por trás do dispositivo em questão deve sempre ser nbrada, em especial no momento de discussão deste Projeto de Lei que se



pretende alterar. O Brasil é um dos países com maior complexidade tributária, que representa um custo enorme para os cidadãos e, em especial, para os empreendedores, o famoso "custo Brasil". O contribuinte cujo crédito tributário for controverso a ponto de não haver consenso sobre sua constituição, no tribunal composto pelos maiores especialistas em legislação tributária, não merece ser cobrado e muito menos o contribuinte diante desta situação ser tratado como sonegador.

Assim, precisamos preservar a premissa da boa fé do contribuinte e, neste intuito, permitir o retorno do voto de qualidade apenas quando realmente necessário.

Ao estabelecer que o Pleno, órgão atualmente responsável pela uniformização do entendimento do tribunal e edição de súmulas, composto de forma paritária, será também competente para estabelecer as matérias que excepcionalmente estarão sujeitas ao voto de qualidade, resguardamos a premissa de defesa do contribuinte.

Pelas razões expostas, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposta.

03/07/2023

DATA

ASSINATURA

